

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E A LIGA MONLEVADENSE DE FUTEBOL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Bairro Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **LIGA MONLEVADENSE DE FUTEBOL**, inscrito no CNPJ sob nº. 18.401.588/0001-50, com sede na Rua Tupiniquins, nº 50, Bairro Santa Cruz, João Monlevade/MG, CEP: 35.930-447 doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo seu Presidente, **Sr. WERTON CONCEIÇÃO SANTOS**, RG: M-3.599.292/SSP-MG, CPF: 679.270.506-30, residente e domiciliado na Rua 11, Casa 10, Bairro Vila Tanque, João Monlevade /MG - CEP: 35.930-428, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e pelo Decreto Municipal 112/2018, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 40/2025, consoante o processo administrativo de inexigibilidade de Chamamento Público nº **23/2025**, artigo 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por objeto a reestruturação e fortalecimento institucional da Liga Monlevadense de Futebol – LMF, mediante apoio à sua organização administrativa, técnica e operacional, assegurando condições para retomada e ampliação das atividades de esporte amador, especialmente o futebol de base, promovendo inclusão social e formação cidadã de crianças, adolescentes e jovens no Município de João Monlevade/MG. A execução do objeto será realizada conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente TERMO DE COLABORAÇÃO e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe aos partícipes cumprir e seguir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

### 2.1.1. DO MUNICÍPIO:

2.1.1.1. Designar o gestor para as parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, com poderes de controle e fiscalização, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei 13.019/2014 e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.

2.1.1.2. Designar a Comissão de Monitoramento e Avaliação que ficará responsável pelo monitoramento do conjunto das parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, sendo de sua competência a avaliação e homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação das parcerias;

2.1.1.3. Promover o repasse dos recursos financeiros por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução de objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO;

2.1.1.4. Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO em toda sua extensão e no tempo devido;

2.1.1.5. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;

2.1.1.6. Emitir relatório técnico de avaliação da parceira e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada;

2.1.1.7. Realizar nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

2.1.1.8. Designar novo gestor na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade. Enquanto isso não ocorrer, o administrador público assumirá todas as obrigações do gestor, com as





respectivas responsabilidades;

2.1.1.9. Viabilizar o acompanhamento dos processos de liberação de recursos;

2.1.1.10. Manter em seu sítio oficial na internet a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento;

2.1.1.11. Instaurar tomada de contas antes do término da parceria ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## **2.1.2. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

2.1.2.1. Executar fielmente o objeto pactuado neste termo, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste instrumento;

2.1.2.2. Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

2.1.2.3. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social em suas atividades;

2.1.2.4. Manter escrituração contábil regular;

2.1.2.5. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

2.1.2.6. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

2.1.2.7. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

2.1.2.8. Dar livre acesso aos servidores municipais responsáveis pelo controle e monitoramento do presente instrumento e dos servidores do controle interno aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;

2.1.2.9. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

**2.1.2.10.** Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TERMO DE COLABORAÇÃO, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

**2.1.2.11.** Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

**2.1.2.12.** Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, em sua sede e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, em local visível, consulta ao extrato deste TERMO DE COLABORAÇÃO, contendo, no mínimo:

**2.1.2.12.1.** Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

**2.1.2.12.2.** Nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

**2.1.2.12.3.** Descrição do objeto da parceria;

**2.1.2.12.4.** Valor total da parceria e valores liberados;

**2.1.2.12.5.** Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

**2.1.2.12.6.** Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**3.1.** O montante estimado de recursos financeiros a serem empregados na execução do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO é de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** que será repassado em parcela única para a OSC, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.





3.2. A Administração Pública Municipal transferirá, para execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, o recurso financeiro, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: 02010002.2781127012.060 – FONTE DE RECURSO 27100003210 - R\$ 80.000,00.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. O MUNICÍPIO transferirá o recurso financeiro em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.1.1. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública.

4.2. É permitida a aplicação dos recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO, enquanto não empregados na sua finalidade, em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira com liquidez diária, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade. Os rendimentos auferidos da aplicação financeira poderão ser aplicados no objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.3. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência,

respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- 5.2.1.** Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- 5.2.2.** Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- 5.2.3.** Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- 5.2.4.** Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- 5.2.5.** Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- 5.2.6.** Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- 5.2.7.** Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1.** O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem vigência de **06 (seis) meses** a partir da assinatura, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho, produzindo efeitos jurídicos após a publicação do extrato do termo desta parceria no Diário Oficial do Município.

**6.2.** Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

**6.3.** Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO,



independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4. Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria. O relatório técnico de monitoramento e avaliação a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- 7.1.1. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- 7.1.2. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período em análise, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- 7.1.3. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- 7.1.4. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas, para comprovação do alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE COLABORAÇÃO, no período em análise.
- 7.1.5. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades



pactuadas:

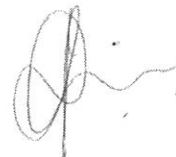
- 7.2.1. Retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- 7.2.2. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, **a exemplo, dentre outros**, das seguintes informações e documentos:

- 8.1.1. Formulários padrão de prestação de contas que se encontram publicados no sítio oficial do Município e também são enviados por email para as OSCs parceiras;
- 8.1.2. Extratos da conta bancária específica (corrente e de investimentos, se for o caso);
- 8.1.3. Cotação de preços: mínimo de 03 (três orçamentos)
- 8.1.4. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- 8.1.5. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 8.1.6. Material comprobatório do cumprimento do objeto tais como: fotos, vídeos, listas ou outros suportes;
- 8.1.7. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

8.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem



justificativa suficiente.

8.3. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 112/2018, além de prazos e normas de elaboração constantes deste instrumento de parceria e do plano de trabalho. O cronograma para apresentação de prestação de contas parciais e final será enviado por email, pelo Setor de Parcerias do Município para a OSC, em conformidade com a complexidade do objeto da parceria.

8.4. Acordam os partícipes, ainda, que a prestação de contas relativa à execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

8.4.1. **Relatório de execução do objeto**, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, no período em análise;

8.4.2. **Relatório de execução financeira**, elaborado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, no período em análise;

8.5. A Administração pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

8.5.1. Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria, quando houver;

8.5.2. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

8.5.3. Parecer técnico do gestor da parceria sobre a prestação de contas, considerando o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, no período em análise.

8.6. O gestor de parceria emitirá, ao final da parceria, **parecer técnico conclusivo de**

análise de prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/2014, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações previstas no plano de trabalho e deverá obrigatoriamente, mencionar:

- 8.6.1. Os resultados alcançados e seus benefícios;
- 8.6.2. Os impactos econômicos ou sociais;
- 8.6.3. O grau de satisfação do público-alvo;
- 8.6.4. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.7. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- 8.7.1. Aprovação da prestação de contas;
- 8.7.2. Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- 8.7.3. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.8. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

8.9. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

8.10. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.11. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.





8.12. O transcurso do prazo definido nos termos do **item 8.11** sem que as contas tenham sido apreciadas:

8.12.1. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

8.12.2. Nos casos em que não for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.13. As prestações de contas serão avaliadas pelo gestor de parcerias, como:

8.13.1. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.13.2. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.13.3. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

8.13.3.1. Omissão no dever de prestar contas;

8.13.3.2. Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.13.3.3. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

8.13.3.4. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.14. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no TERMO DE COLABORAÇÃO e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de

trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.16. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. A vigência da parceria e o plano de trabalho poderão ser revistos, mediante assinatura de termo aditivo ou por apostila, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência, conforme Art. 45, do Decreto Municipal 112/2018.

9.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste TERMO DE COLABORAÇÃO com alteração da natureza do objeto.

9.3. As alterações deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Jurídica do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e visto.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 112/2018, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que



será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos itens 10.1.1 e 10.1.2.

10.2. As sanções estabelecidas nos itens 10.1.1 e 10.1.2. são de competência exclusiva do Gestor da Unidade Administrativa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2. Equiparam-se a bens remanescentes, os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

11.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, serem doados a outra ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que se proponha a fim igual ou semelhante ao da



organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. A eficácia do presente TERMO DE COLABORAÇÃO ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato, no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal, após a sua assinatura.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

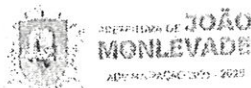
14.1.1. As comunicações relativas a este TERMO DE COLABORAÇÃO serão remetidas por meio oficial de comunicação e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

14.1.2. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste TERMO DE COLABORAÇÃO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste TERMO DE COLABORAÇÃO, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.





E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 23 de dezembro de 2025.

**WERTON CONCEIÇÃO SANTOS**

Presidente da LIGA MONLEVADENSE DE FUTEBOL



Assinado de forma digital por  
LAÉRCIO JOSÉ  
RIBEIRO:19508689668  
Dados: 2025.12.23 16:27:05  
-03'00'

**LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**

Prefeito Municipal de João Monlevade

Hugo Leão  
Procurador Geral - OAB/MG 113.205  
Município de João Monlevade

**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025**  
**PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA**

**1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE**

|                                                                                                                                                                                                                                                      |                   |                           |                                                         |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>OSC: LIGA MONLEVADENSE DE FUTEBOL</b>                                                                                                                                                                                                             |                   |                           | <b>CNPJ: 18.401.588/0001-50</b>                         |
| <b>ENDEREÇO:</b> Rua Tupiniquins nº 50, Santa Cruz                                                                                                                                                                                                   |                   |                           |                                                         |
| <b>CIDADE:</b> JOÃO MONLEVADE                                                                                                                                                                                                                        | <b>U.F:</b> MG    | <b>CEP:</b><br>35.930-447 | <b>TELEFONE:</b> (31) 9 9652-1152                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                      |                   |                           | <b>E-MAIL: :</b><br>ligamonlevadensefutebol@hotmail.com |
| <b>PRESIDENTE:</b> Werton Conceição Santos                                                                                                                                                                                                           |                   |                           | <b>CPF:</b> 679.270.506-30                              |
|                                                                                                                                                                                                                                                      |                   |                           | <b>RG:</b> M-3.599.292/SSP-MG                           |
| <b>ENDEREÇO:</b> Rua 11, Casa 10, Bairro Vila Tanque                                                                                                                                                                                                 |                   |                           |                                                         |
| <b>CIDADE:</b> JOÃO MONLEVADE                                                                                                                                                                                                                        | <b>U.F:</b><br>MG | <b>CEP:</b><br>35.930-428 | <b>TELEFONE:</b> (31) 9 9321-2710                       |
|                                                                                                                                                                                                                                                      |                   |                           | <b>E-MAIL:</b> werton.santos@hotmail.com                |
| <b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL :</b> Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 112/ 2018, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 40/2025, Lei Municipal nº 2736/2025 e Processo Administrativo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 01/2025 |                   |                           |                                                         |

**2. OBJETIVO GERAL:**

A presente parceria tem por objeto a reestruturação e fortalecimento institucional da Liga Monlevadense de Futebol – LMF, mediante apoio à sua organização administrativa, técnica e operacional, assegurando condições para retomada e ampliação das atividades de esporte amador, especialmente o futebol de base, promovendo inclusão social e formação cidadã de crianças, adolescentes e jovens no Município de João Monlevade/MG.

**3. PÚBLICO ALVO:**

Crianças, adolescentes e jovens do Município de João Monlevade/MG, com prioridade para famílias em situação de vulnerabilidade social, além de atletas amadores vinculados a clubes filiados à Liga Monlevadense de Futebol.



**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025**  
**PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA**

**4. JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE:**

A Liga Monlevadense de Futebol – LMF, entidade de utilidade pública municipal e estadual, exerce papel histórico na promoção do esporte amador e na organização de competições regionais, sendo referência para clubes, atletas e comunidades do Médio Piracicaba.

Nos últimos anos, entretanto, a entidade vem enfrentando fragilidades administrativas e financeiras que comprometem seu funcionamento regular, sua capacidade de captação de recursos e a continuidade dos campeonatos locais e das escolinhas de base.

A reestruturação institucional proposta neste plano de trabalho busca recuperar a capacidade de gestão da LMF, com a implantação de estrutura mínima administrativa e técnica que permita sua autossustentação e retomada das atividades esportivas regulares.

O esporte é reconhecido como instrumento de inclusão e desenvolvimento humano, conforme preconiza o art. 217 da Constituição Federal e as diretrizes da Política Nacional do Esporte. No âmbito municipal, o fortalecimento da LMF representa a consolidação de uma rede organizada de fomento ao esporte amador, com reflexos diretos sobre o lazer, a convivência comunitária e a formação de valores sociais.

**5. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO:**

**DATA DE CRIAÇÃO:** 18/03/1950

**TEMPO DE EXPERIÊNCIA:** possui 75 anos de experiência na promoção e organização do esporte amador, com histórico de realização de campeonatos municipais e regionais e de formação de atletas nas categorias de base.

**6. OBJETIVO E RESULTADOS ESPERADOS:**

**Objetivo Geral:**

Promover a reestruturação administrativa e operacional da Liga Monlevadense de Futebol – LMF, assegurando sua retomada institucional como Organização da Sociedade Civil apta a planejar, coordenar e executar ações de fomento ao esporte amador no Município de João Monlevade/MG. A parceria visa restabelecer as condições técnicas, administrativas e estruturais necessárias ao funcionamento contínuo da entidade, fortalecendo sua

**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025****PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA**

capacidade de articulação com clubes, atletas e comunidades locais, de modo a ampliar o acesso de crianças, adolescentes e jovens à prática esportiva organizada e educativa.

**Resultados Esperados:**

- Reativação e regular funcionamento da sede administrativa da Liga, com estrutura mínima de gestão (coordenação técnica, secretaria e serviços de apoio contábil e administrativo);
- Retomada das atividades regulares de escolinhas e competições de futebol amador, com acompanhamento técnico e pedagógico de, no mínimo, 100 participantes diretos;
- Fortalecimento da governança institucional e da capacidade da LMF em elaborar e gerir novos projetos esportivos, garantindo sustentabilidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;
- Consolidação da LMF como entidade de referência no fomento ao esporte amador, promovendo inclusão social, disciplina, convivência comunitária e hábitos saudáveis entre crianças e adolescentes;
- Ampliação do alcance das ações esportivas em articulação com clubes filiados e escolas locais, estimulando a formação de novas categorias de base e a integração entre bairros e comunidades.

**7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Implantar condições mínimas de funcionamento administrativo da LMF;
- Garantir suporte técnico e de gestão contábil e financeira;
- Estruturar e manter escolinhas de futebol de base para crianças e adolescentes;
- Apoiar a realização de campeonatos e torneios municipais e regionais;
- Incentivar a prática esportiva como ferramenta de integração social e de prevenção de vulnerabilidades.



**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025****PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA****8. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:**

| Objetivo                                                 | Meta                                                                 | Atividades/Meios de Realização                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Cronograma de Execução  |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| Estruturar a gestão administrativa da LMF                | Garantir funcionamento regular da sede e da equipe administrativa    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação de secretária administrativa sob regime CLT, com pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários (INSS, FGTS, férias, 13º etc.);</li> <li>- Pagamento de aluguel da sede, incluindo consumo de energia e água;</li> <li>- Contratação de serviços de contabilidade e planejamento administrativo (PJ);</li> <li>- Pagamento de serviços de telefonia e internet;</li> <li>- Aquisição de materiais de escritório e de consumo (papel, tonner, canetas e similares);</li> <li>- Pagamento de taxas e registros administrativos diversos (Federação, cartório e similares);</li> <li>- Aquisição de equipamentos permanentes (computador, impressora multifuncional e nobreak) destinados ao uso administrativo da LMF.</li> </ul> | 01/11/2025 a 30/04/2026 |
| Manter escolinha de futebol para crianças e adolescentes | Atender, no mínimo, 100 participantes durante a vigência da parceria | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação de técnico de futebol (PJ) e coordenador de escolinha (PJ);</li> <li>- Realização de treinos semanais e acompanhamento pedagógico;</li> <li>- Aquisição de materiais esportivos (bolas, cones, uniformes, etc.)</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 01/11/2025 a 30/04/2026 |
| Apoiar a realização de torneios e eventos esportivos     | Realizar, no mínimo, 2 torneios durante a vigência da parceria       | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização de campeonatos locais e regionais;</li> <li>- Registro de equipes participantes e elaboração de regulamentos;</li> <li>- Divulgação dos eventos e registro fotográfico</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 01/11/2025 a 30/04/2026 |



**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025****PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA****9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:**

| Meta                                                                 | Indicador de Cumprimento da Meta                                                                                                                                          | Documentos Comprobatórios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Custo Previsto (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Garantir funcionamento regular da sede e da equipe administrativa    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sede em funcionamento durante toda a vigência da parceria;</li> <li>- Equipe administrativa contratada e em exercício</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contrato de trabalho da secretária administrativa (CLT), comprovante de registro em carteira e folhas de ponto;</li> <li>- Recibos de pagamento e guias de recolhimento de encargos trabalhistas e previdenciários (INSS, FGTS, férias, 13º etc.);</li> <li>- Contratos de prestação de serviços (PJ);</li> <li>- Notas fiscais eletrônicas e comprovantes de pagamento;</li> <li>- Contratos e comprovantes de pagamento de taxas e registros administrativos (Federação, cartório e similares);</li> <li>- Notas fiscais e comprovantes de aquisição dos equipamentos permanentes (computador, impressora e nobreak);</li> <li>- Relatórios administrativos e fotográficos.</li> </ul> | 38.901,00            |
| Atender, no mínimo, 100 participantes durante a vigência da parceria | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequência mínima de 75% nas atividades;</li> <li>- Média de 100 participantes diretos</li> </ul>                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratos de prestação de serviços (PJ) para técnico e coordenador;</li> <li>- Relatórios de treinos e avaliações técnicas;</li> <li>- Tabela de frequência e listas de presença;</li> <li>- Notas fiscais e comprovantes de pagamento;</li> <li>- Relatório fotográfico das atividades</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 36.000,00            |

**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025**  
**PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA**

| Meta                                                           | Indicador de Cumprimento da Meta                                                     | Documentos Comprobatórios                                                                                                                                                          | Custo Previsto (R\$) |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Realizar, no mínimo, 2 torneios durante a vigência da parceria | - Número de torneios realizados;<br><br>- Participação de equipes locais e regionais | - Regulamentos e tabelas de jogos;<br>- Relatórios de execução e avaliação dos torneios;<br>- Notas fiscais de despesas;<br>- Comprovantes de pagamento;<br>- Registro fotográfico | 5.099,00             |

**10. DADOS HISTÓRICOS E TÉCNICOS DA INSTITUIÇÃO:**

**10.1. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:**

A Liga Monlevadense de Futebol – LMF tem por finalidade promover, coordenar e disciplinar as atividades esportivas amadoras no Município de João Monlevade/MG e região, atuando na formação de atletas, no incentivo à prática regular de atividades físicas e no fortalecimento do esporte como instrumento de inclusão social e de convivência comunitária. São objetivos permanentes da instituição:

- Organizar e promover campeonatos esportivos municipais e regionais;
- Estimular a prática esportiva entre crianças, adolescentes, jovens e adultos;
- Apoiar atletas e equipes amadoras na participação em competições;
- Colaborar com o poder público e com entidades privadas na execução de projetos esportivos e socioeducativos;
- Promover a integração social e o desenvolvimento humano por meio do esporte.

**10.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:**

Fundada em **18 de março de 1950**, a **Liga Monlevadense de Futebol (LMF)** é uma das entidades esportivas mais tradicionais do Médio Piracicaba, reconhecida por sua contribuição histórica ao fortalecimento do futebol amador. Ao longo de mais de sete décadas de atuação, a LMF organizou e apoiou diversos campeonatos municipais e regionais, abrangendo categorias **Sub-15, Sub-17 e Adulto Amador**, com a participação de equipes filiadas de vários bairros e municípios vizinhos. Atualmente, a Liga conta com **16 clubes filiados**, envolvendo cerca de **700 atletas nas categorias de base e 500 atletas na categoria adulta**, representando um importante polo de incentivo ao esporte, à convivência comunitária e à cidadania.

**10.3. PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:**

O público atendido pela Liga é composto predominantemente por **crianças, adolescentes e jovens** do Município de João Monlevade e região, em sua maioria oriundos de famílias de baixa renda, além de atletas amadores



**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025**  
**PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA**

adultos. As atividades da LMF são de caráter **gratuito**, voltadas à inclusão social, à formação esportiva e ao desenvolvimento físico, cognitivo e social dos participantes.

**10.4. DEMANDA DA COMUNIDADE:**

A comunidade monlevadense e regional demonstra expressiva demanda por atividades esportivas estruturadas e acessíveis, sobretudo para o público infantojuvenil. O fortalecimento institucional da LMF é essencial para atender a essa demanda, ampliando o acesso ao esporte organizado, promovendo a convivência comunitária e oferecendo alternativas saudáveis de lazer, disciplina e socialização. Por meio da reestruturação administrativa e operacional da Liga, busca-se **restabelecer sua plena capacidade de gestão e execução de projetos esportivos**, assegurando a continuidade e expansão das ações de interesse público voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

**11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:**

**11.1. PRAZO DA PARCERIA:** 06 (seis) meses a partir da assinatura e publicação do termo de parceria no diário oficial do Município.

**11.2. VALOR TOTAL DA PARCERIA:** R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a ser repassado em parcela única pelo Município.

**11.3. NATUREZA DAS DESPESAS:**

|                                                                                    |               |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 11.3.1. Remuneração de pessoal-via PJ: Coordenador: R\$ 2.500,00 x 6 meses =       | R\$ 15.000,00 |
| 11.3.2. Remuneração- Pessoal PJ: Um treinador de futebol: R\$ 3.500,00 x 6 m =     | R\$ 21.000,00 |
| 11.3.3. Remuneração de uma secretária para a LMF: R\$ 1.800,00 x 6 m =             | R\$ 10.800,00 |
| 11.3.4. Encargos Sociais e Contribuições (INSS, FGTS, Férias, 13º e etc.) =        | R\$ 8.071,40  |
| 11.3.5. Pagamentos de serviços de contador e planejamento; (via PJ):               | R\$ 10.626,00 |
| 11.3.6. Pagamentos de serviços telefônicos:                                        | R\$ 1.200,00  |
| 11.3.7. Pagamentos de serviços de internet:                                        | R\$ 900,00    |
| 11.3.8. Pagamentos de materiais de escritório e de consumo:                        | R\$ 1.200,00  |
| 11.3.9. Pagamentos de Taxas Diversas (Federação/Cartórios e outros)                | R\$ 1.875,60  |
| 11.3.10 Pagamentos de aluguéis (inclusos energia e água)                           | R\$ 6.000,00  |
| 11.3.11 Aquisição de um computador Core 4ª -8GB – SSD - 256 GB – Tec – Moni        | R\$ 1.449,00  |
| 11.3.12 Aquisição de uma impressora Multifuncional Brother– Scanner -Copiadora Col | R\$ 1.349,00  |
| 11.3.13 Nobreak Intelbras Attiv 600va – 120v – 4 Tomadas                           | R\$ 529,00    |

**12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:**



**PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025**  
**PROJETO: Reestruturação e fortalecimento da LIGA**

Município

Parcela Única - R\$ 80.000,00 - Até 30 dias após assinatura do termo de parceria

**13. INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA** (deve ser exclusiva para esta parceria e será aberta APÓS assinatura do Termo de Parceria):

13.1. BANCO PÚBLICO: Banco do Brasil - Agência: 2220-9

13.2. Número da conta corrente:

65.562-7

gov.br

Documento assinado digitalmente  
WERTON CONCEIÇÃO SANTOS  
Data: 22/12/2025 15:00:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

João Monlevade, 22 de Dezembro de 2.025.



Werton Conceição Santos

Presidente da LMF – Liga Monlevadense de Futebol

Conferido e Aprovado

João Monlevade, 22 de Dezembro de 2.025

gov.br

Documento assinado digitalmente  
DOUGLAS ALEXANDRE DE OLIVEIRA  
Data: 22/12/2025 14:47:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARIMBO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES



PropONENTE/Contratante: LIOX S.A. ENTID E PESSOAS NAT.  
50.SERV AUX/ADMINIST PREST A EMPRES, telefone(s) .  
TUPINIQUEUS, 50, CEP 35.930-447.

Dados da conta  
Agência 2220-9, Conta-Corrente n.º 65.562-7, Poupança Ouro n.º 510.065.562-X e Poupança

**Declarações e autorizações**  
O(s) Proponente(s)/Contratante(s) declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigação legal.



---

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE**

---

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2025

**Órgão Responsável:**Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

**Organização da Sociedade Civil (OSC):**LIGA MONLEVADENSE DE FUTEBOL

**CNPJ:**18.401.588/0001-50

**Objeto:** A presente parceria tem por objeto a reestruturação e fortalecimento institucional da Liga Monlevadense de Futebol – LMF, mediante apoio à sua organização administrativa, técnica e operacional, assegurando condições para retomada e ampliação das atividades de esporte amador, especialmente o futebol de base, promovendo inclusão social e formação cidadã de crianças, adolescentes e jovens no Município de João Monlevade/MG.

**Vigência:** 06 (seis) meses a partir da assinatura e publicação do termo de parceria no diário oficial do Município.

**Valor Global:**R\$80.000,00 (oitenta mil reais) que será repassado em parcela única para a OSC.

|                                           |                     |          |            |
|-------------------------------------------|---------------------|----------|------------|
| <b>Dotação</b>                            | <b>orçamentária</b> | <b>a</b> | <b>ser</b> |
| <b>utilizada:</b> 02010002.2781127012.060 | –                   | FONTE    | DE         |
| RECURSO 27100003210                       |                     |          |            |

**Data:**22/12/2025

**LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elisangela Bicalho Silva  
**Código Identificador:**4CFD1E1C

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 23/12/2025. Edição 4177  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>